

## Entrevista REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ

O Centro Acadêmico do Curso de Economia/UFPI promoveu o **I Encontro Piauiense de Estudantes de Economia**, entre os dias 25 e 28/06/2009. Na programação do Encontro, cujo tema foi “A crise mundial e a classe trabalhadora: quem paga a conta?”, os professores Vitor de Athayde Couto/UFBA e Luiz Carlos Rodrigues Cruz Puscas/UFPI debateram sobre “A crise mundial e o trabalhador nordestino”. Na ocasião, o prof. Vitor concedeu entrevista ao prof. Puscas, aqui reproduzida.

Prof. Vitor de Athayde Couto possui mestrado em Epistemologia Econômica, pela Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne; doutorado em Estudos Rurais Integrados, pela Universidade de Toulouse II (Le Mirail); e pós-doutorado no IAM/Instituto de Altos Estudos Mediterrâneos, Montpellier-Universidade de Paris I e na Universidade de Rouen. Atualmente, é professor titular da Universidade Federal da Bahia. Ele também é responsável pela execução do convênio firmado entre a UFBA e a UFPI/Campus Ministro Reis Veloso, em Parnaíba-PI, o qual objetiva o desenvolvimento de projetos de extensão. Dentre os projetos, ressaltamos o de “Desenvolvimento territorial e certificação”, que conta com a participação de quarenta estudantes e profissionais de Economia, Administração, Agronomia, Turismo e Geografia; e o de “Economia Solidária e Marchetaria” que, além de introduzir conceitos, princípios e políticas públicas de Economia Solidária, também implementam atividades voltadas para a geração de trabalho e renda. Neste projeto, foi realizada uma oficina de marchetaria [trabalho em madeira que consiste em incrustar, embutir ou aplicar peças recortadas de madeira, marfim, metal e de outros materiais de diversas cores sobre peça de marcenaria, formando desenhos variados] para jovens da comunidade da Ilha Grande de Santa Isabel, coordenada pelo prof. Francisco Armando Alves da Cunha que, segundo o prof. Vitor, é um dos raros artesãos que dominam a arte da marchetaria na região.

Na entrevista a seguir, estimulado pelo prof. Puscas, o prof. Vitor pensa o desenvolvimento do Estado do Piauí. A transcrição da fita com a entrevista foi feita por Socorro Nascimento e o texto final, organizado por Enoisa Veras/DECON.

Boa leitura!!



Prof. Vitor de Athayde Couto

**Prof. Puscas** - Professor Vitor, como é que você vê a realidade piauiense que, em minha opinião, não tem forças suficientes que possam alavancar o desenvolvimento do Estado?

**Prof. Vitor** - Bem, costumamos dizer que o Piauí tem uma economia movida pela máquina pública, principalmente federal. Por exemplo, os voos que decolam ou pousam em Teresina são quase todos de Brasília. Isso já é um sinal de que a atividade mais importante é a elaboração de projetos para captação de recursos públicos, seja através de editais, de projetos de governadores e prefeitos ou de emendas parlamentares - o que é pior, pois as emendas são avulsas, casuísticas, e quase nunca integradas a um projeto de desenvolvimento. Aliás, que projeto de desenvolvimento? Aqui se respira mais política do que mercado.

Para falar um pouco de mercado, muitas pessoas enfatizam que a economia piauiense cresceu com o agronegócio. Acontece que esse movimento de mercado, liderado pela produção de

grãos, não é projeto de desenvolvimento socioeconômico coisa nenhuma, nem do governo federal ou regional, tampouco de qualquer governo subnacional. O cenário da produção de grãos, capitaneada pela soja, pode ser encontrado tanto no Piauí - Bom Jesus e Uruçuí - quanto no Maranhão - Balsas -, Tocantins ou no Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Paraguai, Argentina, Canadá, Estados Unidos, França. Não acreditamos que isso seja uma política pública de desenvolvimento socioeconômico, isso é apenas uma estratégia de mercado que interessa a meia dúzia de capitais transnacionais. Dentre os mais conhecidos, podemos citar Monsanto, New Holland, Cargil, Bunge, que são empresas que produzem tratores, caminhões, produtos das plasticultura, da indústria química farmacêutica, defensivos e fertilizantes. Então, o Piauí, no sentido da produção de grãos, é apenas mais um entre os estados ou países, acima citados.

**Prof. Puscas** - É forte também no oeste da Bahia e sul do Maranhão...

**Prof. Vitor** - Exatamente. No oeste da Bahia há um polo no município de Barreiras e outro no município de Luiz Eduardo Magalhães que se enquadram dentro desse processo de expansão da fronteira agrícola do agronegócio de grãos que ocupam o mapa do Brasil - do oeste, que vai ao sul e ao norte. Então, é como uma autoestrada que esgota recursos naturais, desmata, compromete ecossistemas inteiros - como é o caso dos cerrados - e engorda os lucros desses capitais internacionais.

A economia recente do Piauí parece que não vai além dessas três vias, que são: os investimentos públicos, o agronegócio e a indústria do entretenimento. As notícias nos jornais evidenciam a geração de muitos empregos nos eventos, como a micarina. Na verdade, não são empregos e sim ocupações temporárias eventuais e estressantes de prestação de serviço precário, que não têm a mínima sustentabilidade. Mesmo a soma do que é gasto em hospedagem e restaurante, as rendas obtidas por serviços de segurança, cordeiros, como se diz na Bahia, abadás e toda a indústria da decoração de eventos dessa natureza, não cobre o que é pago às bandas. Vou citar dois exemplos: Ivete Sangalo e Chiclete com Banana não fazem suas apresentações por menos de 500 mil. Recentemente, fizemos a conta em Parnaíba, que

pode ser feita aqui em Teresina, e é até um tema bom para pesquisa, para monografia. É preciso fazer conta de aritmética simples, na ponta do lápis.



**Prof. Luiz Carlos Rodrigues Cruz Puscas**

Vi uns alunos com um *notebook* organizando dados de produção de frutas nos Tabuleiros Litorâneos, que eles chamam de produção orgânica - acerola, principalmente, e outras frutas. Sempre se referiam a essa produção como responsável pela alavancagem da economia da região; da mesma forma como pensam no Piauí sobre o agronegócio, como grande alavanca da economia estadual. Pois bem, o faturamento de três meses, que foi contabilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura, da produção de frutas orgânicas, não dá nem para pagar uma noite de *show* do grupo denominado Aviões do Forró. Essa banda mobilizou toda a população jovem de Parnaíba, os ingressos começaram a ser vendidos por 15 reais e no último dia os cambistas estavam vendendo a R\$ 25,00. Então, calculamos uma média de R\$ 20,00 por ingresso e havia, segundo a metade de meus alunos (que faltou à aula para ir ao *show*), 15 mil pessoas. Então, multiplicamos 15 mil por 20 e calculamos 300 mil reais, que é o faturamento de três meses da produção das frutas orgânicas. Isso para não falar das vendas de camisetas, CDs, chaveiros, bebidas.

Acreditamos mais numa perspectiva sustentável; por exemplo, os arranjos produtivos locais que se formam no Estado. Se forem apoiados e levados a sério, contando até com a possibilidade de uma certificação territorial (objeto da nossa pesquisa), aí, sim, podemos pensar na possibilidade de um processo de desenvolvimento socioeconômico.

**Prof. Puscas** - Qual a competência dessa certificação territorial?

**Prof. Vitor** - Esses APLs, que são arranjos produtivos locais, formam-se a partir das tradições ou competências que se desenvolvem historicamente nos territórios, anteriormente denominados regiões ou microrregiões. Podemos identificar a competência e o produto ou serviço com a história do próprio território. Exemplo de processo de certificação territorial em andamento no Piauí é o da cajuína, junto ao INPI, que é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Já se fala na certificação territorial do mel de abelha e derivados da apicultura. Em atividades assim desenvolvidas podemos acreditar, uma vez que formam coletivos de produtores que se tornam competitivos e conseguem fornecer o seu produto graças às peculiaridades territoriais - as peculiaridades territoriais, que são um objeto do selo da certificação, podem ser de origem natural, como o solo e o clima. O melhor caju, por exemplo - para a cajuína de uma determinada variedade ou do tipo de doce feito com a fruta que melhor se adapta ao nosso solo. Há ainda o mel, que é mais valorizado porque seria feito a partir de uma florada específica; do ponto de vista técnico, o valor medicinal do mel agrega mais valor ao produto.

Os certificados de origem ou de procedência, que são os dois certificados que o INPI outorga, possibilitam aumento na renda dos produtores, geração de empregos, proteção contra imitações e, no caso das exportações tanto para outro Estado ou exterior, protege contra barreiras não tarifárias, que são aquelas relacionadas ao trabalho infantil, trabalho semiescravo, trabalho de pessoas sem direitos trabalhistas ou produção através de sistemas que provocam grandes impactos ambientais. Quando se outorga uma certificação territorial, todos esses aspectos são comprovados por uma determinada organização local que atesta a qualidade não só do produto, mas do produto do território, ou seja, o ecológico, socialmente justo, correto, e assim por diante.

O Piauí está bem adiantado no processo da certificação do território cajuína e, se for outorgada essa certificação, nós teremos a quinta indicação geográfica do Brasil. Atualmente, existem quatro: duas no Sul e duas no Sudeste. As do sul estão situadas no Rio Grande do Sul, no Vale dos Vinhedos e nos Pampas, da carne dos pampas. No Sudeste, há o café do Cerrado e a cachaça de Parati, no Rio de Janeiro.

Esses arranjos produtivos locais devem indicar uma organização em rede. Não é desejável para uma certificação a existência de apenas uma empresa produzindo, mas um coletivo de produtores, sejam eles empresariais, familiares, cooperativas, associações ou grupo de produtores, de modo que eles se comuniquem, obedecendo a um mesmo padrão de qualidade, seguindo o mesmo manual de operação.

**Prof. Puscas** - Essa rede pode se tornar um monopólio, por exemplo?

**Prof. Vitor** - Eu creio que sim. Sobre a produção orgânica de acerola, nos Tabuleiros Litorâneos, em Parnaíba, eu fiquei muito preocupado porque sabemos o que significa um monopólio num município, para uma população de produtores. Temos a informação de que toda a acerola orgânica é vendida apenas para um único comprador, que é a *Amway*, que tem uma representação em Ubajara, no Estado do Ceará. E por melhores que sejam as intenções dessa organização, inúmeros problemas podem ocorrer - crises, quedas de preço da fruta ou substituição da acerola por outra fruta semelhante. Então, pergunto: o que acontecerá com os produtores? Por isso, penso ser essa situação muito pouco sustentável, do ponto de vista do futuro do mercado. Até o conceito de produção orgânica é questionável. Para ser orgânico, tem que ser sistêmico, tem que ser um sistema de produção diversificado e não uma única cultura especializada. Isso é quase uma monocultura.

**Prof. Puscas** - Fiz referência à questão monopólio porque, em algumas situações, como a que acontece na região de São Raimundo Nonato, a produção do mel é adquirida apenas por um comprador. Penso ser essa situação preocupante porque esses compradores, em última instância, determinam o preço. Como não existe um sistema de livre-concorrência, o comprador pode colocar um preço abaixo do valor da mercadoria... um, dois ou três compradores se entendam entre si para manipular os preços da mercadoria...

**Prof. Vitor** - Isso reforça a importância da certificação territorial porque dificilmente se outorga um território com monopólio, monopólio ou monocultura. Há ainda o aspecto agroecológico, porque, no caso de valorização agroecológica de determinado produto, é necessário que a produção esteja inserida num sistema produtivo diversificado.

Eu acho muito estranho falar de boi ecológico, leite ecológico. São monoculturas, na verdade, ou culturas muito especializadas que não sobrevivem sem agrotóxico; porque o que defende as plantas e frutas, ou seja, os grãos na natureza, é a biodiversidade que contém animais e vegetais, que tanto podem ser nocivos como podem ser amigos, companheiros. Exemplo de animal companheiro é uma vaca pastando ao lado de uma garça, pois uma depende da outra. A vaca tem carrapato e a garça, para se alimentar, trata do carrapato da vaca. Esse é um exemplo de animal companheiro. É essa convivência da biodiversidade, tanto animal quanto vegetal, que economiza o gasto com agrotóxico, que passa a ser desnecessário. A monocultura chamada orgânica me soa muito estranho, como também certos projetos ambientalistas, como o projeto Tamar. Este é financiado pela Petrobras, Ibama, Ministério do Meio Ambiente e grupos de organizações civis de proteção da tartaruga marinha. Penso que esse projeto está também provocando desequilíbrio, porque, no litoral baiano, o fato de se protegerem ovos e depois jogar milhares, milhões de tartaruguinhas jovens na praia está atraindo tubarões que estão vindo se alimentar dessas tartaruguinhas. A gente sabe que os predadores acabam com aproximadamente 99% desses animais e só sobrevive 1% dos que são lançados no mar. A presença de tubarões nas praias representa perigo para banhistas. Então, o que está acontecendo? Está se protegendo apenas uma espécie, e ecologia não é isso. Ecologia tem como unidade o ecossistema

**Prof. Puscas** - Com a biodiversidade...

**Prof. Vitor** - Sim, com a biodiversidade. Um projeto verdadeiramente ecológico deve proteger o ecossistema na sua totalidade e não apenas uma espécie. No município de Cajueiro da Praia executa-se um projeto de proteção do peixe-boi, veja só, "do peixe-boi". O que come um peixe-boi? Quem come o peixe-boi? Sempre existe uma cadeia alimentar que se relaciona praticamente com todos os elementos do ecossistema. É preciso estar atento para saber qual é o alimento do peixe-boi e de outros predadores que convivem naquele mesmo ecossistema, para que se encontre um equilíbrio na reprodução de todas as espécies e não apenas de uma. Todavia, na falta de outras alternativas, seria ainda pior se esses projetos não existissem. Espero que eles acabem

revelando as suas limitações e, com elas, uma nova metodologia de trabalho que seja capaz de abranger um ecossistema inteiro, mesmo que o projeto seja localizado em uma parte dele.

**Prof. Puscas** - Qual a sua opinião sobre a questão do desenvolvimento turístico no Estado, que possui os polos da Serra da Capivara, Teresina (turismo de eventos), Parnaíba, Delta, Luís Correia, Cajueiro da Praia e Ilha de Santa Izabel? Algumas empresas estão chegando para implantar, inclusive, hotéis de luxo, *resorts*...

**Prof. Vitor** - Eu entendo o turismo do Piauí da mesma forma que eu percebo o agronegócio: é um projeto internacional, de mercado, que não tem nada de específico. Atualmente, vivenciamos as novas capitânicas hereditárias, que é uma maneira de caracterizar o loteamento que o litoral do Nordeste vem experimentando. E de uma forma predatória - não apenas da natureza, com a poluição das águas, o extrativismo vegetal e animal e os desmatamentos; mas também predatório com relação à cultura, etnia, a história de determinados locais, como foi o impacto sobre as comunidades no entorno do projeto do Sauípe, próximo a Salvador. Então, corremos o risco de ver outros Sauípes, a exemplo da Ecocity, e outros novos latifúndios. No nosso litoral, com raras exceções, chegam turistas que não têm qualquer consciência, seja no sentido cultural ou ecológico, através das agências de viagens, que procuram clima, natureza, paisagem, mas, no Nordeste, principalmente, quase tudo está camuflado pelas atividades ilícitas, como o turismo sexual - prostituição infantil feminina e masculina - e tráfico de drogas. Esta última está quase sempre relacionada com outras atividades, como a pirataria, a biopirataria e o tráfico de armas. Então, eu vejo isso com muita preocupação. Vou citar ainda outro exemplo do nosso litoral, que é o chamado passeio no Delta. Esse passeio, na minha opinião, é uma viagem triste; percorre-se um ambiente depredado, assoreado, sem mata ciliar, com os manguezais desmatados...

**Prof. Puscas** - Com plantios de arroz...

**Prof. Vitor** - Sim, com plantios de arroz e com outras atividades predatórias, inclusive com impacto no extrativismo do caranguejo que está muito pequeno em relação ao que conheci na minha infância. O caranguejo-uçá, há 50 anos, tinha o triplo do tamanho atual. Todo esse impacto

ambiental é o cenário de uma viagem triste, menos para turistas desinformados, sejam eles nacionais ou estrangeiros. Muitos deles são geralmente turistas sem nenhum compromisso.

Então, não vejo sustentabilidade em projetos turísticos dessa natureza; e, infelizmente, não é um projeto que se executa apenas no Piauí, mas também no Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Maranhão, em todos os Estados do Nordeste. Importa também falar das atrações, como o bumba-meu-boi, pois em turismo há, além da natureza, a cultura. Não quero ser conservador e dizer que nada deve mudar. Pode e deve mudar, mas, de preferência, para melhor. O bumba-meu-boi importou figuras que não existiam, como, por exemplo, a Ema, a Burrinha, o Bate Queixo e o Gregório. No bumba-meu-boi destacavam-se as figuras de um Pai Francisco, o Folharal e a Catirina. O vaqueiro é o que mata o boi para satisfazer o desejo da mulher grávida, que queria comer a língua do boi; surge então a figura que vai ressuscitar o boi. Observamos também que estas apresentações, atualmente, têm inúmeras meninas cobertas de penas que representam índias. E são meninas de 8 anos, 10, 12 anos, usando tangas minúsculas. Isso acaba provocando, estimulando o turismo sexual. Não vejo esse tipo de inovação como desenvolvimento cultural, muito menos como desenvolvimento humano.

**Prof. Puscas** - Algumas culturas materiais devem estar em fase de reconhecimento pelo IPHAN (não sei se já foram reconhecidas), que seriam a produção de cajuína e a arte santeira. Conversando com um pintor piauiense, no lançamento de um livro cuja capa era ilustrada com um trabalho desse pintor, ele dizia que estava diminuindo o colorido da sua pintura que, inclusive, o identificava. Então, influenciado por dois professores que achavam ter muito colorido, ele estava tomando seu trabalho mais escuro e perdendo, com isso, a sua característica. Que absurdo alguém influenciar, no sentido de desvirtuar a capacidade criativa de um artista. Ele ficou muito satisfeito quando elogiamos e pensamos que o que era bonito na pintura dele era exatamente o excesso de colorido.

**Prof. Vitor** - Embora eu não conheça, tenho a impressão de que se trata de arte *naif*, no sentido de inocente, no sentido de ingênuo. Nessa arte, o que mais importa é a originalidade, cada artista é ímpar.

**Prof. Puscas** - Não é bizarro!

**Prof. Vitor** - Se não é acadêmico, se não é das escolas de Belas Artes, então é *naif*, vem do povo. O que normalmente se encontra na pintura ingênuo é a riqueza de cores. Ora, se estamos perto do Equador, isso significa que temos muita luz. E cor não é nada mais do que luz. Não há razão para uma sombra europeia aqui. No sul da Espanha, de Miró e Dali, tudo é muito colorido, porque lá tem sol. Basta atravessar os Pirineus, a Europa fica escura, as telas têm mais sombras.

É importante evidenciar que há, na Ilha Grande de Santa Izabel, argila de boa qualidade para se fazerem peças artísticas; porém, as jazidas de argila estão se esgotando porque ela é utilizada para fazer telha e tijolo. E por lá existem ceramistas que fazem objetos utilitários e também decorativos. Da mesma forma que por influência de terceiros, como aconteceu nas cores da tela, os oleiros da Ilha Grande passaram a usar cores industriais, tipo tinta a óleo, quando a cerâmica mais valorizada é a trabalhada com tons ocres, as cores próprias do barro do chão. O mais triste é que as tintas industriais, além de tóxicas, não são imprescindíveis para que se faça algo bonito. Os marajoaras não usam tinta industrial e fazem cerâmicas belíssimas. Mas o pior de tudo é que certas inovações foram introduzidas, não se sabe por quem, apenas para que se reproduzam modelos que tornam as peças iguais no país inteiro, e até no mundo: bruxas, cogumelos, sapos e anões de jardim. O que isso tem a ver com a nossa cultura? Nada. Absolutamente nada. Isso é, provavelmente, de origem europeia, porque aquele cogumelo vermelho de bolinha branca, que é o mais venenoso, é um cogumelo europeu; bruxas e duendes são da mitologia nórdica, escandinava. Por que não se exploram e divulgam as nossas mitologias? Isso é deturpação; no limite, destruição de uma cultura, de uma história que poderia ser valorizada e poderia vir a ser objeto de uma certificação territorial. Assim, vê-se que temos muito o que fazer pela nossa cultura; e a universidade tem uma grande responsabilidade nisso tudo. As quatro certificações que já existem no Brasil tiveram apoio das respectivas universidades locais.